



DOSSIÊ FILÓSOFAS - APRESENTAÇÃO

“Quem cozinhava, quem limpava, quem cuidava das crianças para que esses pensadores de 25 séculos produzissem o que eles produziram?”

(Cecília Cavaliere)

Talvez esse dossiê **Filósofas** seja uma reação à famosa coleção “Os Pensadores”, que não contém nenhuma pensadora em seus 52 volumes de 25 séculos de filosofia. Mas talvez seja mais do que isso. Talvez seja a expressão de que nós, filósofas brasileiras, estamos ganhando cada vez mais consciência de que o que já se produziu em filosofia pelas mulheres é extremamente profundo e transformador e que o que nós queremos é uma completa revisão feminista da história da filosofia. Uma história que não apenas inclua mulheres filósofas, mas que se abra para novos objetos, questões e temas e novas formas de argumentar, imaginar e produzir conhecimento. A pergunta que não quer calar diante desse tipo de produção de conhecimento feito por homens filósofos é a seguinte: uma filosofia que justifica as desigualdades sociais existentes e naturaliza opressões não seria ela mesma opressiva? Esse tipo de filosofia falocrática ou de bases misóginas e racistas não produziria graves consequências epistemológicas e éticas?

Procurar fazer uma revisão feminista da história da filosofia não significa apenas colocar em xeque as verdades produzidas por essas filosofias e questionar o tipo de pensamento que se está operando, mas, sobretudo, tornar patente suas estratégias políticas de naturalizar o que não deveria ser naturalizado. Uma perspectiva feminista da história da filosofia significa, como bem disse nossa querida Izilda Johanson, “pôr em xeque certas construções hierárquicas e generificações do pensamento”¹, e assim abrir espaço para um discurso libertário e emancipador que seja simultaneamente crítico e criador. Um modo outro de fazer filosofia, a partir também de outras categorias não ocidentalizadas e, certamente, sobre uma base de princípios e argumentos não produtores de hierarquias de humanização e desumanização, justificando e naturalizando opressões.

¹ Em seu texto *Por uma perspectiva feminista em história da filosofia*, publicado nesse dossiê.

Os artigos e ensaios que compõem esse dossiê têm essa verve democrática porque libertária, e nos ensinam a respirar fundo quando o ar é mais rarefeito. A pluralidade e a diversidade não apenas marcam as diversas gramáticas e esquadriham as múltiplas e ricas paisagens do pensamento dessas autoras, mas nos convidam a pensar sobre, a pensar com e a pensar a partir de uma pletera de filósofas que fazem e fizeram parte de nossa história da filosofia, estrangeiras e brasileiras, e sobre a própria filosofia produzida por elas e por nós. Convidam também ao debate, aguçando nosso olhar crítico sobre problemas filosóficos que tratam das questões de gênero na pesquisa, docência e história da filosofia.

Essas filosofias e filósofas, embora ocultadas como estratégia de garantia de manutenção da hegemonia e dos privilégios dos homens na produção de conhecimento, solapando a crença em nossa capacidade de ousar intelectual e socialmente para romper os padrões de opressão, vêm agora a público numa tentativa de remediar o irremediável: a injustiça que as mulheres filósofas sofreram com o seu constante apagamento. Não bastaria denunciar esse fato tão evidente e conhecido, é preciso dar voz a essas filósofas e filosofias. Eis o propósito libertador desse dossiê.

E se a filosofia tem mais a ver com uma maneira de estar no mundo do que com fazer ou não fazer uma obra filosófica, então isso que nós estamos fazendo é filosófico e, mais ainda, revolucionário. Se o epistemicídio é compreendido como silenciamento, subalternização e invisibilização de saberes não hegemônicos, como os saberes das filósofas, o que queremos aqui é furar essa malha de poder e provocar um desvio: a visibilidade, o reconhecimento e a valorização da filosofia feita por mulheres.

Assim, esperamos que as gerações posteriores possam encontrar um universo acadêmico mais inclusivo, aberto e democrático. E que essas gerações de mulheres possam, desde o início, acreditar em si mesmas enquanto capazes de fazer filosofia. Esperamos também – e por que não? – que os homens aprendam algo com esse dossiê: a desaprender seu privilégio, a se colocarem em xeque, e assim possamos todas, todos e todes promover deslocamentos, desvios e torções epistêmicas e éticas.

Por fim, gostaríamos de anunciar que, tendo em vista a magnitude em beleza e profundidade filosófica e o impacto político-acadêmico de nosso dossiê **Filósofas**, com a presença de filósofas de norte a sul do país e com textos sobre diversas filósofas de enorme qualidade e quantidade (mais de 500 páginas), resolvemos fazer, em novembro de 2020, o Colóquio Filósofas com as autoras, organizado pela UFBA, Revista Ideação e Rede Brasileira

de Mulheres Filósofas. Fica aqui o convite para a leitura e a escuta dessas maravilhosas filósofas falando sobre tantas outras filósofas maravilhosas. A seguir, uma síntese dos artigos do dossiê.

No ensaio “Gilda e Clarice: a dignidade do feminino”, Marilena Chaui mostra como Gilda Rocha de Mello e Souza e Clarice Lispector inauguram dimensões do pensamento e da linguagem no cruzamento das artes e da filosofia: Gilda, pelo pioneirismo de ter feito da experiência feminina inscrita no universo simbólico das roupas um objeto digno de investigação filosófica, além de ter inaugurado a análise da pintura brasileira; Clarice, por ter feito do cotidiano das ocupações femininas a matéria-prima de uma poética de interrogações profundamente filosóficas.

Em “Literatura, mulheres, discurso filosófico. Sobre Helena.”, Jeanne-Marie Gagnebin toma, da tradição poética e filosófica grega, a figura de Helena como ponto de partida para estabelecer como o discurso filosófico é levado a recusar, de maneira muito semelhante, a beleza da ficção e a sedução das mulheres pela própria assimilação do feminino e da ficção ao enigma, ao engodo, ao perigo de um desvio ao classicamente determinado conceito unívoco de “verdade”, que se institui à distância, supostamente segura, de qualquer ambiguidade, mudança e pluralidade.

Rafaela Missaggia Vaccari e Gisele Dalva Secco traduzem o artigo seminal “Epistemologia feminista”, da filósofa estadunidense Naomi Scheman, que argumenta solidamente como o feminismo traz uma perspectiva particular que acrescenta aspectos diferenciados à investigação filosófica do conhecimento em aspectos como a diversidade epistêmica, a discussão da objetividade e o próprio exame crítico de normas epistêmicas.

Em “Mal e misoginia”, Maria de Lourdes Borges tem como objetivo investigar de que maneira podemos entender a noção de misoginia em relação com o conceito de “mal”. Ao apresentar as noções de banalidade do mal e de atrocidade, de Hanna Arendt e Claudia Card, e tendo a concepção kantiana do mal como pano de fundo e contraponto, a autora mostra como as atrocidades produzidas pela misoginia ou pelo machismo correspondem a diferentes graus do mal.

Em “Nunca houve uma mulher como Gilda de Mello e Souza”, Silvana de Souza Ramos toma a figura de Gilda no filme-bricolage *Exercícios do Olhar – para falar de Gilda de Mello e Souza*, de Angelica Del Nery, como motivo para explorar, à luz das perspectivas fenomenológicas de Merleau-Ponty e de Simone de Beauvoir, o sentido existencial do devir

mulher na própria existência singular de Gilda, cuja vida e obra se sobressaem dentro de estruturas sociais generificadas e criadoras de opressão e enclausuramento da figura feminina.

Yara Frateschi, em seu texto “Hannah Arendt sobre Thomas Hobbes e o racismo imperialista”, mostra, em primeiro lugar, como Arendt define o juízo político a partir de uma apropriação filosófica do juízo de gosto kantiano, mais especificamente, como a filósofa formulou o conceito de mentalidade alargada a partir da noção kantiana de pensamento alargado, em que se deve julgar ao se colocar no lugar dos outros. Em segundo lugar, Yara mostra como o totalitarismo destrói essa mentalidade alargada, aberta à pluralidade e afeita à democracia, à solidariedade e à responsabilidade, a qual, por sua vez, se opõe à mentalidade totalitária racista burguesa europeia do século XIX. Em terceiro lugar, Yara opõe a mentalidade alargada à mentalidade do homem hobbesiano, precursora filosófica do europeu imperialista, segundo Arendt. A autora finaliza seu texto nos deixando a provocação de pensar sobre o bolsonarismo e seu legado a partir da reflexão de Arendt em *Origens do totalitarismo*.

Em “‘Aposta Epistêmica’, o feminismo descolonial de Yuderkys Espinosa Miñoso”, Susana de Castro apresenta o feminismo descolonial da afrocaribenha Yuderkys E. Miñoso, abordando seu pensamento acerca da constituição das opressões à luz dos marcos teóricos da pós-colonialidade, da teoria da colonialidade do gênero e da raça. O artigo tem por objetivo explicitar a colonialidade do saber como problema central dessa proposta teórica, salientando a necessidade de se evitar, dentro do próprio feminismo global, estratégias discursivas hegemônicas que ameaçam o feminismo descolonial latino-americano.

No artigo “Lélia Gonzalez, uma filósofa amefricana”, Carla Rodrigues e Juliana Monteiro pretendem esclarecer o que Lélia Gonzalez denominou de racismo por denegação para compreender as formas de opressão e violência racial por meio da ideologia do branqueamento e pelo apagamento dos sujeitos racializados enquanto mecanismos de nossa “democracia racial”. Além disso, as autoras procuram legitimar a importância da obra de Lélia Gonzalez para a filosofia feita no Brasil.

Janyne Sattle, em “Os textos e as cartas pedagógicas das pitagóricas”, tanto problematiza a ausência de mulheres filósofas no cânone filosófico, destacando as filósofas pitagóricas, como mostra que tais filósofas fizeram uma espécie de “filosofia do doméstico”, reproduzindo, portanto, a estrutura de dominação patriarcal ao instruir pedagogicamente outras mulheres sobre como se deve exercer bem seu papel de mulher, esposa, mãe na sociedade. A autora destaca que seu texto faz parte de um projeto maior que procura fazer uma revisão

feminista da história da filosofia. Outra questão problematizada no texto é sobre o que pode ou não contar como filosófico e de que maneira podemos compreender o estabelecimento da história da filosofia. Em seguida, a autora discorre sobre a escassez historiográfica dos textos das pitagóricas, seus fragmentos, tratados e cartas, bem como a questão da autenticidade de tais escritos, a qual parece ser insolúvel entre os comentadores. Mesmo o gênero da autoria original é motivo de disputa. Dizer que as pitagóricas fizeram uma filosofia de cunho doméstico significa dizer que se, por um lado, as mulheres filosofaram, por outro, essa filosofia ainda reproduz a estrutura hierárquica patriarcal opressora. Seria, nas palavras da autora, uma filosofia enquanto “artes da moderação dos mínimos detalhes do seu cotidiano”.

Carolina Araújo, em seu texto “A primavera de 2016”, cujo objetivo é mostrar que a visibilidade dos trabalhos das filósofas pode dirimir, futuramente, nossa atual disparidade de gênero, nos diz que a primavera das filósofas brasileiras se inicia em 2016, mas começara antes com trabalho de várias gerações sobre as obras de filósofas e pesquisas sobre o gênero. O artigo descreve esse momento da primavera de 2016 a partir de um levantamento dos eventos que tratam do tema mulheres e filosofia de 2014 a 2019. Duas conclusões foram retiradas desse levantamento: (i) há estudos consolidados no país sobre Hannah Arendt e Edith Stein, e, (ii) houve um aumento no número de eventos sobre mulheres e filosofia em 2018 e 2019.

No artigo “Corpo e política: uma leitura sobre Elisabeth da Boêmia”, Tessa Moura Lacerda mostra de que maneira a célebre interlocutora de Descartes, ultrapassando a posição de mera comentadora de suas proposições, foi pioneira em apontar contradições às teses dualistas da interação alma e corpo, e em propor reflexões próprias, seja sobre uma possível dimensão material da alma, seja sobre a presença física e política do corpo como habitante da casa e da vida civil – superando assim os limites do próprio cartesianismo.

Em seu texto “Modo de produção capitalista e a constituição de opressões para Silvia Federici: caminhos de luta a partir de Angela Davis e Djamila Ribeiro”, Maria Cristina Longo Cardoso Dias mostra que Federici sustenta a tese de que, desde o século XV, houve a necessidade da expansão imperialista colonial para explorar e acumular riquezas como mão-de-obra, efetivando-se um modo de produção alicerçado em opressões de pobres, negros, negras e indígenas, portanto, opressões de classe, raça e gênero. Para enfrentar o racismo estrutural próprio ao sistema capitalista, a autora cita diversas frentes de lutas antirracistas propostas por Angela Davis e Djamila Ribeiro. Como estratégia de mudança radical, a autora mobiliza Davis e Ribeiro para mostrar que a luta contra o capitalismo deve ser conjunta e contra todos os tipos de opressão.

No artigo “Angela Davis, as mulas do mundo e a música: por um novo paradigma”, Nathalia Barroso e Imaculada Kangussu mostram que a interseccionalidade entre gênero, raça e classe, conceitualmente elaborada pela filósofa Angela Davis para se pensar o sujeito feminino negro ao longo da história, pode ser expandida como proposta de mudança de paradigma para se pensar a própria humanidade, tal como a própria Davis o demonstra, em livro de 1998, quando realça a arte poderosa e transformadora do blues de autoria feminina como resposta estética, cultural e política à opressão.

Com uma linguagem desinstitucionalizada e atuante/dançante, ousada e sensibilizadora, Marília Pisani, em seu ensaio literário-filosófico “Quando a filosofia se torna semente: viagem através de mundos artefactuais e (im)prováveis encontros”, nos fornece “bolotas” de pensamentos e nós, como esquilos apressados, podemos nos perder ou sermos atçados. Pensamentos que nos dão a pensar e a agir ou colocar em suspensão verdades produzidas pelas epistemologias coloniais modernas. Uma escrita poética e filosófica que se pretende ato, que vai além das palavras e abre caminho para novas existências, feito diário de bordo de uma travessia, diário de campo de um eu entre aspas, atravessado de experiências, frutos de experimentos consigo mesm@. Um texto que se compõe de sua própria feitura material no entrelace das pequenas riquezas do cotidiano, entre teias de *escrever* e se (re)descobrir no que se banaliza e se despreza. Uma antropofagia de si. A proposta, também criativa e instigante, se direciona para uma política da aliança. Fazendo uso ou incorporando o “pensar com”, Marília se põe o risco e o deleite de pensar com Donna Haraway. Ao mesmo tempo, seu texto implica o leitor e o convida, para seu risco e deleite, a “pensar com” Marília Pisani. Alguma intimidade vinculante se cria. E em meio a idas e vindas de imagens poéticas de São Carlos, California e Acre, e a partir de sua imersão na obra e pensamento de Haraway, ela nos introduz à filosofia e metodologia da produção de Haraway, destacando sua perspectiva a-moderna e crítica às epistemologias ou erros epistemológicos coloniais. Caminhando com Haraway, Marília segue seus passos ao “pensar com” as seringueiras e produzir um giro epistemológico-político. Há uma franca apologia aos saberes da Floresta e ao modo de vida *florestania*, que reluz essa relacionalidade, intercâmbio e aliança necessários entre os seres humanos e entre os humanos e todos os seres desse planeta Terra. E retornando para o *topos* inicial, como num *tropos* de retorno, Marília nos propõe uma nova concepção de ser humano e de vida enquanto capacidade de crescer em aliança. Afinal, isolar significa quebrar a capacidade de regenerar e enfraquecer alianças e lutas. O movimento de transformação é o de valorização da vida, portanto, um movimento de alianças.

“Por uma perspectiva feminista em História da Filosofia”, de Izilda Johanson, é a defesa de uma revisão feminista do fazer filosófico, que não se reduz a questões de gênero ou teorias feministas. Duas filósofas serviram de base argumentativa, Mary Wollstonecraft e Simone de Beauvoir, para mostrar como é possível constituir uma perspectiva feminista da história da filosofia e da própria filosofia. Segundo a autora, embora as feministas não tenham inventado as questões de gênero, certamente foram elas que as colocaram no centro do debate. Ademais, ela mostra que as questões de gênero presentes nas obras dos filósofos não são centrais e que os componentes machistas e misóginos são interpretados como pequenos deslizes supostamente justificáveis pelo contexto histórico. Após apontar semelhanças e diferenças entre as filósofas Wollstonecraft e Beauvoir, a autora se encaminha para a conclusão e argumenta que uma filosofia feminista, ao contrário da “tradição” de filosofias falocráticas e opressoras, é uma filosofia da insubmissão e libertadora, tal qual fizeram essas duas filósofas.

Em “A legitimidade da Filosofia Feminista: contribuições iniciais à sua importância no Brasil”, Tânia Kuhnen e Ilze Zirbel expõem os pressupostos do paradoxo entre a filosofia e o pensamento feminista, sempre mais concreto e mais atento às contingências e vidas das mulheres. As autoras mostram como a tentativa de exclusão da filosofia feminista de um suposto campo genuíno da pesquisa filosófica se faz em nome de uma concepção do saber filosófico de feição androcêntrica que não pode admitir as inovações epistemológicas que toda filosofia feminista inevitavelmente acarreta ao próprio filosofar.

No artigo “In defense of Feminist Phenomenology: Lived Body, Facticity and the problem of Essentialism”, Juliana Missaggia faz uma apresentação geral de temas e conceitos relevantes na intersecção entre feminismo e fenomenologia, campo de pesquisa pelo qual trilham diferentes autoras como Simone de Beauvoir, Hannah Arendt e Edith Stein. J. Missaggia mostra como os conceitos de “experiência fática” e “corpo vivido” podem dar lugar a desdobramentos não-essencialistas e assim fortalecer uma mútua contribuição entre fenomenologia e feminismo.

No artigo “Filósofas em tempos sombrios”, Graziela Rosa ressalta algumas filósofas que dedicaram suas vidas à luta por um mundo melhor, que viveram em meio ao caos, que enfrentaram guerras, altos índices de mortalidade, conflitos étnicos, governos fascistas, ditaduras e que, mesmo assim, resistiram, denunciaram os problemas e deixaram em seus escritos um frutífero legado. Inspirada em pesquisas sobre a presença das mulheres na Filosofia e sobre as relações de gênero, a autora busca o que as filósofas feministas têm a dizer sobre viver em tempos sombrios.

Partindo do livro de Ellen Waith, *A History of Women Philosophers*, Gislene Vale dos Santos procura mostrar, em seu texto “Entre Helenas”, não apenas a exclusão que as mulheres sofreram na história da filosofia, mas, sobretudo, a existência das filósofas, a começar pelas pitagóricas, o que deve se tornar uma cultura filosófica e um percurso pedagógico obrigatório a ser consolidado em nossas práticas docentes. Após analisar alguns fragmentos de filósofas pitagóricas, a autora finaliza seu texto enfatizando a importância de incluir as filósofas antigas nos estudos clássicos.

No artigo ““A atualidade da obra *A cidade das damas*: identidades e estratégias políticas”, Camila Kulkamp tem por objetivo mostrar que as reflexões feministas expostas no livro de Christine de Pizan têm muito a nos dizer: o aspecto estratégico da busca por uma identidade para as mulheres, a visão da cidade como um espaço possível de organização política das mulheres e a compreensão da castidade como comportamento de defesa contra a violência são elementos do pensamento de Pizan que de algum modo estão presentes em discussões das filosofias feministas contemporâneas.

A entrevista com a filósofa Kate Kirkpatrick sobre Simone de Beauvoir, realizada por Heci Regina Candiani, tem como objeto o livro publicado pela filósofa britânica sobre a biografia de Beauvoir, intitulado *Beauvoir: uma vida*, que trata tanto de sua trajetória acadêmica como de sua produção filosófica, enfatizando que devemos nos desfazer de uma visão idealizada ou deturpada da filósofa e ressaltar o caráter libertário de sua vida e obra.

Em “Beauvoir após Butler”, Bianca de Oliveira Corrêa e Hilan Nissior Bensusan repensam o significado de “ser mulher” em Beauvoir à luz dos conceitos de gênero em autoras como Monica Wittig e, sobretudo, Judith Butler, atualizando a autora francesa e a levando “a dimensões que nem ela pensara”, buscando, com esse recurso, influências mútuas entre as autoras (Beauvoir e Butler).

Em “A liberdade da filósofa Angela Davis”, Simone Borges dos Santos e Alan da Silva Sampaio mostram como a filósofa estadunidense Angela Davis forjou, numa articulação indissociável entre teoria e prática, um modo peculiar de pensar a liberdade, já independente do cânone filosófico, sempre associada a um processo afirmativo (“uma luta constante”) e sempre além de uma concepção individual.

Mariana Andrade, em “O manto de Penélope e a teia de Aracne: tecituras feministas de Nietzsche”, partindo do conceito de linguagem como metáfora em Nietzsche, resgata a imagem

do tear em duas personagens femininas míticas, Penélope e Aracne, para pensar uma *escritura feminina* à luz das filósofas francesas Irigaray e Cixous.

Emanuelle Valéria Gomes de Lima e Maria Simone Marinho Nogueira, em “Marguerite Porete e a escrita de si: entre a literatura e a filosofia”, apresentam a pensadora medieval Marguerite Porete, especialmente o seu livro *O espelho das almas simples e aniquiladas*, que forjava uma “escrita de si” (segundo termo de Foucault), desafiando as instituições religiosas e a forma masculina de se viver o misticismo na época.

No artigo “Em direção a uma filosofia feminista da tecnologia”, Fernanda Thayná da Silva e Luiz Henrique de Lacerda Abrahão fazem um detalhado apanhado do recente desenvolvimento da Filosofia Feminista da Tecnologia como uma vertente da Filosofia da Tecnologia, campo ele mesmo novo na filosofia, com diversas discussões suscitadas pela articulação da questão de gênero com a tecnologia.

No artigo “Maria Lugones e a descolonização do feminismo”, Ayanne Larissa Almeida de Souza e Valmir Pereira mostram como a pensadora argentina Maria Lugones, radicada nos Estados Unidos e recentemente falecida, repensou o conceito de colonialidade do poder de Aníbal Quijano para mostrar que o gênero também se dá como uma imposição colonial específica, sendo, como tal, um sistema classificatório e de domínio, assim como a ideia de raça.

Francisco de Assis Silva, em “Seyla Benhabib e os direitos humanos”, apresenta as formulações da filósofa turca radicada nos Estados Unidos para investigar a difícil questão do direito cosmopolita, numa tensão entre reivindicação de direitos humanos universais e culturas específicas/identidades nacionais. Para tanto, será fundamental o conceito de “iteração democrática”.

No artigo “As marcas da opressão: a ausência das pensadoras nos livros didáticos de Filosofia à luz do pensamento de Iris Marion Young”, Taís Silva Pereira parte de um dado empírico, a sub-representação de filósofas nos livros didáticos brasileiros de Filosofia aprovados pelo PNLD, para pensar condições estruturais de opressão à luz da filósofa estadunidense Iris Marion Young, sobretudo a partir dos conceitos de desempoderamento e imperialismo cultural.

Arthur Leandro da Silva Marinho, em “Damaris Cudworth Masham: o debate filosófico da modernidade”, apresenta a pensadora do século XVII, especialmente no prolífico debate que ela travou por meio de correspondências com Leibniz, com a investigação de temáticas como

o conceito de mônada e a relação entre alma e corpo, exigindo diversas reformulações pelo pensador alemão e ao mesmo tempo explicitando as bases filosóficas que sustentavam a posição crítica de Damaris Masham.

Tiago Luís Teixeira Oliveira, em “Qual é o realismo científico de Nancy Cartwright?”, apresenta o modo particular de “realismo de entidades” da autora. O artigo mostra como Cartwright formula uma perspectiva de ciência já cética em relação à ideia de leis fundamentais “inscríticas no livro da natureza” ou a uma “regularidade da natureza” *à la* Hume, debatendo as alternativas que ela propõe, além de também discutir e dar espaço aos seus críticos.

Por fim, concluímos com a primeira manifestação de Yara Frateschi quando apresentamos a versão inicial do dossiê. Achamos importante coloca-la porque diz muito o que significa esse momento:

Acaba de sair do caldeirão da Juliana Aggio e da Sílvia Saes o já histórico Dossiê Filósofas, com mais de quinhentas páginas escritas por mãos brasileiras, majoritariamente por mulheres. Há poucos anos atrás esse dossiê não seria possível, tornou-se porque as mulheres da área de filosofia - professoras e alunas, tanto de graduação quanto de pós-graduação - se organizaram localmente e se uniram nacionalmente para combater a desigualdade de gênero absurda que faz com que 73% da comunidade filosófica seja de homens, com evasão enorme de mulheres ao longo da carreira. Além de estar lindo, com textos de e sobre filósofas - que sempre existiram, mas não tiveram o direito de entrar para o cânone -, esse dossiê é também uma ação política. Estamos disputando um espaço de poder e queremos entrar nele com outras práticas e valores; queremos recontar a história da filosofia trazendo para o centro quem esteve às margens; queremos que a filosofia deixe de ser um território quase que exclusivamente masculino e branco e, sobretudo, combater a evasão das nossas alunas. Espero que quando os obstáculos para a sua permanência parecerem insuperáveis, elas peguem esse dossiê nas mãos e digam: eu posso ser uma filósofa. Obrigada Juliana e Sílvia.

Juliana Ortegosa Aggio (UFBA)

Sílvia Faustino de Assis Saes (UFBA)

Novembro/2020